



GT 16. Antropologia, Saúde Pública e fabulações cosmopolíticas: etnografia e possibilidades simbiopoéticas de cuidar/fazer o mundo.

Coordenador(es):

José Miguel Nieto Olivar (USP - Universidade de São Paulo)

Maria Paula Prates (UFCSPA - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre)

Colocamos em discussão três sistemas de produção de conhecimentos: a antropologia, a saúde pública e as cosmopolíticas. Trata-se de sistemas não equivalentes com relações não simétricas. Assumimos como ponto de vista a antropologia, principalmente de base etnográfica. Olhamos para a saúde pública como um campo fundamental de ação política e de gestão de novas e antigas formas de governo. Entendemos o marco cosmopolítico como um conjunto analítico e proposicional contemporâneo de extrema relevância para pensar “o mundo” nos seus limites e multiplicidades, em relação com formas possíveis de produção de conhecimento. Nos perguntamos: O que a antropologia brasileira contemporânea, objeto múltiplo e em franca transformação, tem a dizer sobre as relações possíveis entre antropologia e saúde pública no marco do conjunto de transformações e desastres que tem sido compreendidas como “fim do mundo”, Antropoceno, entre outros? Como a saúde pública pode se ver afetada no atravessamento de perspectivas antropológicas e etnográficas no marco do Fim do Mundo? Quais as possibilidades de uma antropologia da saúde, com sua tradição de corpos, curas, perturbações, saberes e emoções, no marco das propostas em curso sobre intervenções cosmopolíticas e intrusões de Gaia? Como alimentar etnograficamente os processos de cuidado, resistência, intervenção, intromissão e (re)feitura d/nos fins do(s) mundo(s), enquanto abre-se a possibilidade de reinvenção da antropologia?

Uma "cidade lixo zero" em tempos de Antropoceno: circuitos ambientalistas e gestão de RSU em Florianópolis/SC

Autoria: Rianna de Carvalho Feitosa (UFRN)

Em 04 de Junho de 2018 foi publicado no Diário Oficial do Município de Florianópolis o decreto nº 18.646, que institui o Programa Florianópolis Capital Lixo Zero, o que fez da cidade a primeira do Brasil a aspirar tal denominação. O Programa visa, através de ações que envolvem a iniciativa privada, o poder público e a sociedade civil incentivar a não produção de resíduos sólidos urbanos (RSU) ou sua redução, promovendo a valorização desses resíduos e a sua reintrodução na cadeia produtiva. Possui como meta desviar 60% dos resíduos secos e 90% dos resíduos orgânicos da destinação final a aterros sanitários até o ano de 2030. Isso significa reintegrar à cadeia produtiva todo material que possa ser reciclado ou compostado, além de promover a educação ambiental de toda a sociedade e a inclusão social de catadores e outros grupos sociais cujo work se liga a questões ambientais. Esta pesquisa investiga, com base em uma experiência etnográfica, as relações desenvolvidas no planejamento de uma “cidade lixo zero” em um contexto de crise ambiental, Antropoceno e certos impasses nas formas institucionais de governança. Nos propomos a pensar, portanto, em como ações individuais suscitam movimentos sociais, considerando a adoção desse estilo de vida como uma forma de habitar o mundo e de cuidar do mundo. Consideraremos, também, os processos de estruturação e institucionalização do conceito lixo zero, através da aprovação de leis municipais e do impacto de ações realizadas por diferentes grupos da população florianopolitana, pertencentes a diferentes setores sociais. Consideramos o lixo como actante, seguindo os seus rastros e o surgimento de novas formas de compreender e gerir os RSU para identificar circuitos compostos por atores sociais, grupos, ações e



associações que se relacionassem de alguma maneira à idealização e tentativa de construção dessa ?nova sociedade?, que se pauta no cultivo de crenças, valores e hábitos que se distanciam dos da sociedade capitalista, pautados no consumo e em um crescimento econômico infinito. Nesse contexto, pudemos identificar ações iniciadas por diferentes setores da sociedade: ações do setor público, por parte da câmara dos vereadores, prefeitura e ministério público; do empresariado; da sociedade civil institucionalizada; de grupos locais; de pequenos empreendedores e de âmbito acadêmico. Tentamos perceber a importância de cada uma dessas ações e a forma como elas se conectam, ganhando força e capacidade de suscitar mudanças sociais, culturais e ambientais. Levamos em conta a complexidade dos processos de mudança e transformação social e questionamos a noção de desenvolvimentismo e do crescimento econômico perpétuo, algo insustentável em tempos de ?fim do mundo?.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: